



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Greve do Magistério

Maioria das assembléias decide manter paralisação

"Governo do Estado resolve rodar a folha salarial de junho sem pagar os dias parados e irrita categoria".

(DC, Geral, p. 22)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 17/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 17/6/11
Assunto: Greve do magistério – Maioria das assembleias decide manter a paralisação		Página: 22

GREVE DO MAGISTÉRIO

Maioria das assembleias decide manter paralisação

decisão foi de continuar parado

Governo do Estado resolve rodar folha salarial de junho sem pagar os dias parados e irrita categoria

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Os professores votaram pela continuação da greve, ontem, na maioria das assembleias regionais. A previsão de uma assembleia estadual, que dá a palavra final sobre a decisão, é somente para daqui a 11 dias.

Diante do quadro, o governo vai rodar a folha de pagamento com o desconto dos dias parados. Os docentes prometem não repor as aulas se isso acontecer.

Das 30 assembleias regionais realizadas ontem, 26 tiveram os dados apurados até o fechamento desta edição. Destas, apenas a de Curitiba votou pelo fim da greve.

De acordo com a secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Anna Júlia Rodrigues, os encontros demonstraram que os professores não aceitam os prazos apresentados pelo Estado para recompor a tabela salarial e os valores da regência da classe – uma gratificação sobre o salário –, que foi reduzida na proposta do governo.

– Isso só aconteceria a partir de 2012, prazo considerado muito longo pela categoria – explicou.

Apesar de sinalizarem pela manutenção da greve, que completa 31 dias hoje, a decisão final sai de uma assembleia estadual. A secretária-geral do sindicato informou que ela será marcada para a semana pós-feriado de Corpus Christi.

Em Florianópolis, os professores estiveram reunidos na Praça Tancredo Neves, no Centro. Também estavam presentes os docentes de São José. Eles foram unânimes pela continuação da paralisação. Depois do encontro, eles caminharam até o Terminal de Integração Central (Ticen).

Descontos poderão ser repostos

O governo publicou uma nota, ontem, confirmando que a folha roda a partir de hoje com os descontos das faltas. Não está decidido se os salários serão pagos conforme o texto da medida provisória, em tramitação na Assembleia Legislativa, que paga o piso nacional de R\$ 1.187 para os docentes que ainda não recebiam isso no salário-base – 53% do total.

Sobre a possibilidade de não reposição das aulas, o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, afirmou que o governo irá repor o desconto para os professores que recuperarem os dias letivos parados.

O texto com a mudança salarial, de acordo com a última proposta apresentada, será enviado à Assembleia na próxima semana, na forma de projeto de lei complementar. Com ela, o menor salário-base passa a ser o piso de R\$ 1.187, e a menor remuneração, somando a regência de classe, fica em R\$ 1.388,79. Todos os docentes ganham reajuste de 7% a 44%.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 17/6/11
Assunto: Greve do magistério – Maioria das assembleias decide manter a paralisação		Página: 22

Justiça pode mediar acerto

A Justiça do Trabalho em SC está disposta a mediar as negociações entre governo do Estado e Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) para tentar pôr fim à greve do magistério. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de SC, Gilmar Cavaliere, afirmou que cabe à Justiça do Trabalho ajudar os dois lados a acharem uma saída para o impasse, antes da greve ser declarada ilegal.

– Se as partes desejarem, podemos fazer essa mediação – disse Cavaliere.

Ele esclareceu que não cabe à Justiça do Trabalho julgar o movimento. De acordo com o juiz, como a greve é na rede do Estado, o julgamento é feito pelo Judiciário estadual.

O movimento grevista é um direito do trabalhador, garantido em lei fe-

deral. Uma paralisação pode ser considerada ilegal se não respeitar itens da legislação, como o aviso prévio da paralisação e a manutenção de parte dos serviços considerados essenciais. Um artigo da lei lista uma série de funções essenciais – e a educação não está entre estes itens.

Apesar disso, o presidente do TRT disse que o juiz pode interpretar se paralisação está prejudicando a comunidade e determinar o fim da greve. A punição para quem desobedecer a decisão pode ser o pagamento de uma multa.

– Com uma greve na rede estadual, por exemplo, a sociedade acaba sofrendo muito. Se é um serviço público, significa que a população não pode ficar sem – esclareceu.

PELPE CARNEIRO

Protesto na homenagem a ministro

Criciúma

MARCELO BECKER

As reivindicações e indignações dos professores estaduais foram ouvidas ontem pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que esteve em Santa Catarina para receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade do Extremo Sul-Catariense (Unesc).

Antes da cerimônia, de manhã, ele fez uma rápida visita ao campus e foi seguido por dezenas de manifestantes que cantavam e protestavam contra o governo estadual.

Haddad recordou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou constitucional o piso escalonado e disse que o Estado precisa “abrir as contas” e mostrar a real capacidade de se adequar à lei nacional o mais rápido possível.

– Muitos governadores acreditavam que a lei fosse considerada inconstitucional, o que não aconteceu e foram pegos de surpresa. Neste momento é hora de sentar com os professores e tentar se adequar à lei para que as aulas sejam reiniciadas o mais rápido possível – sugeriu o ministro.

Havia um clima de tensão no auditório da universidade pouco antes da cerimônia de entrega do título a Haddad, pois os professores chegaram a ser barrados na entrada do local. Mas, diante da promessa de não interromper o evento com manifestações, todos puderam entrar.

A apreensão, no entanto, não se justificou, pois os professores sentiram-se prestigiados e aplaudiram o discurso de Haddad.

– Espero que vocês e o governo do Estado se entendam, para que voltem ao trabalho. A única coisa de que senti falta no anúncio do meu currículo foi a defesa do piso do magistério. Sempre no Brasil existiram manifestações cívicas dos mais diversos temas, mas a Educação sempre ficou em segundo plano, mas tenho esperança de que isso está mudando pois investir em educação é o que dá mais retorno – disse Haddad.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 17/06/11
Assunto: Professores mantêm a greve		Página: 10

Professores mantêm a greve

Sem aulas. Governo roda folha de pagamento com desconto aos professores grevistas

FLORIANÓPOLIS – Não adiantou o governo do Estado prometer abonar as faltas pelos dias parados, acreditando na reposição das aulas, e até segurar a rodagem da folha de pagamento do funcionalismo para que isso fosse possível.

Em assembleia, ontem, na praça Tancredo Neves, unificada pelas regionais do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), de Florianópolis e São José, os professores resolveram, por unanimidade, rejeitar a proposta do governo e dar continuidade a paralisação que completa hoje 32 dias.

Com a recusa da categoria a evoluir na negociação dentro do limite financeiro do Estado, o Governo de Santa Catarina começa a rodar a folha de pagamento aos professores da rede estadual de ensino hoje, com o desconto dos dias parados aos professores em greve.

O pagamento do piso salarial e os ganhos de 7% a 44% para toda a categoria de professores não foram suficientes para que Sinte retomassem as aulas. O indicativo de greve será levado para apreciação em assembleia estadual sem data marcada.

Até o fechamento desta edição, o Sinte não tinha encaminhado uma manifestação oficial ao governo do Estado. “Estamos aguardando uma resposta”, afirmou o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

A pedido do Sinte e da Assembleia Legislativa o governo reabriu um canal de discussão e aceitou segurar a folha. “Havendo a continuação da greve, a primeira coisa é descontar as faltas”, disse Deschamps. Segundo ele, o ano letivo foi comprometido e as aulas terão que avançar no recesso escolar.

Apoio político.

Os deputados **Ângela Albino (PCdoB)** e **Sargento Soares (PDT)** doaram, cada um deles, **R\$ 1 mil** para fundo da greve. Movimento tem apoio da oposição



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Vice-governador impedido de participar de homenagem a ministro

O vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) foi alvo, ontem, de protesto de professores, em Criciúma, no Sul do Estado, durante visita do ministro da Educação Fernando Haddad, que recebeu o título de doutor Honoris causa da Unesc (Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina).

Cerca de 100 professores, em greve, gritavam palavras de ordem contra Pinho, que acompanhava o ministro pelo campus, e o impediram de participar da solenidade.

O grupo, que gritava “Pinho, a greve é culpa sua”, tentou entrar no auditório e a segurança foi acionada, dando início a um empurra-

empurra. Os petistas Pedro Uczai e Cláudio Vignatti tentaram conter os manifestantes, sem sucesso.

O secretário de Articulação Nacional, Acélio Casagrande, acabou representando o governador Raimundo Colombo no evento. O vice-governador, cuja base eleitoral é Criciúma, não quis comentar o ocorrido e foi embora.

Durante o discurso, o ministro Fernando Haddad reconheceu como legítimo o movimento da categoria e foi aplaudido. “A única coisa que senti

falta em minha biografia foi a defesa incondicional do piso dos professores”, destacou ele, que, antes da solenidade, já havia feito apelo a Pinho Moreira para que o governo resolvesse o impasse o mais breve possível.

Segundo o ministro, o magistério catarinense está transformando a educação e as universidades comunitárias, como as do sistema Acafe colaboram para a ampliação do acesso ao ensino superior e à disseminação do conhecimento. **(Marcelo Tolentino)**



SAÍDA

Pinho Moreira preferiu não comentar o assunto e foi embora da solenidade



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 17/06/11
Assunto: Pelo menos mais uma semana		Página: 14

Pelo menos mais uma semana

Educadores rejeitam proposta e só voltam a se reunir depois do feriadão

Professores votaram pela continuação da greve, ontem, nas assembleias regionais. A previsão de um encontro estadual, que dá a palavra final sobre a decisão, é para daqui a 11 dias. Diante do quadro, o governo vai rodar a folha de pagamento com o desconto dos dias parados dos profissionais em greve. Os professores ameaçam não repor as aulas se isso acontecer.

Segundo a secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Anna Júlia Rodrigues, as assembleias demonstraram que os professores não aceitam os prazos apresentados

pelo governo para recompor a tabela salarial e os valores da regência da classe – uma gratificação sobre o salário – que teve os valores reduzidos na proposta apresentada pelo governo.

Apesar de sinalizarem pela manutenção do movimento, que completou 31 dias hoje, a decisão sai de uma assembleia estadual, que só será marcada para a semana pós-feriado de Corpus Christi. O comando de greve estará reunido na próxima semana para os encaminhamentos.

O governo publicou uma nota, ontem, confirmando que a folha roda a partir de hoje com os descontos das faltas. A justificativa é que na última proposta encaminhada aos docentes, todos têm aumento salarial que variam de 7% a 44%. Com ela, o menor salário-base passa a ser o piso nacional de R\$ 1.187.

Estudantes preocupados com reposição

Alunos de ensino médio da escola estadual Gertrudes Benta Costa, no Petrópolis, zona Sul de Joinville, fizeram uma manifestação ontem à noite pedindo apoio aos professores e o fim da greve no Estado.

A maior preocupação é de alunos do terceiro ano, como Laís Maiara, de 17 anos. Eles que temem ter de repôr aulas no fim de ano e não poder participar dos vestibulares de verão. O presidente do Grêmio Estudantil, Victor de Oliveira, 16 anos, diz que há turmas tendo apenas uma aula por semana na escola.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 17/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Sem data para acabar

Os professores da rede estadual decidiram continuar a greve no dia em que o movimento completava 30 dias em todo o Estado. Repetiu-se nas assembleias desta quinta o mesmo fato político da terça passada. O comando de greve e o Sinte negociando com a Secretaria da Educação e anunciando avanços, nos dois casos com expectativa de ter a suspensão do movimento, enquanto as bases rejeitavam as propostas.

De acordo com o sindicato, foram realizadas 25 assembleias regionais. Destas, apenas a de Curitiba deliberou pela suspensão da greve. Em Lages, segundo o deputado Elizeu Mattos, o magistério se dividiu. Foram 126 votos pelo prosseguimento da greve e 120 contrários. O governo está avaliando a decisão dos professores com cautela. A única manifestação oficial veio em forma de notícia da Diretoria de Imprensa. Confirmava a decisão do governo de rodar a folha de salários de junho com descontos dos grevistas pelos dias parados. Na abertura da Festa Nacional do Pinhão, em Lages, Elizeu Mattos ia sugerir novas ações ao governador Raimundo Colombo. Nada antecipou, mas sinalizou que nos bastidores ainda poderiam surgir algumas novidades.

No Centro Administrativo, não havia decisão, também, sobre qual a folha que vai rodar. Para alguns, prevaleceria a tabela que consta da medida provisória em tramitação na Assembleia Legislativa. Virou lei e, portanto, está em vigor. Mas surgiram opiniões de que deveria valer a folha anterior. E nos próximos dias o governo rodaria uma folha suplementar. É que o governador vai mandar projeto de lei complementar com a última tabela proposta ao Sinte e que foi rejeitada pela maioria das assembleias regionais. O problema é que para tal providência depende de respaldo jurídico. A folha suplementar precisa de lei da Assembleia. E ninguém consegue vislumbrar uma tramitação tranquila no parlamento com os ânimos exaltados como estão.

O IMPASSE

Também pela segunda vez consecutiva o que pegou foi a questão financeira. Professores com especialização deram depoimentos na Praça Tancredo Neves garantindo que terão perdas salariais. Outros, que haverá empate. E um terceiro grupo, acusando que o reajuste será mínimo, coisas de dezenas de reais, considerado totalmente insatisfatório. O secretário Eduardo Deschamps contesta a versão e diz que todos ganham. Além da aplicação integral do piso na carreira, que poderia até ser negociado, está pegando mesmo é a regência de classe, gratificação que teve os percentuais reduzidos pelo governo. E, também, a hora excedente, que representa um ganho extra para a maioria dos professores, cujos vencimentos básicos são baixos. O movimento está forte na base justamente por estas duas questões financeiras. Se o governo admitisse algum avanço no restabelecimento da gratificação da regência para os atuais níveis de 40% e 25%, preservando aquilo que o magistério considera uma conquista histórica; e se não mantivesse a hora-excedente, cortada na proposta em 50%, haveria campo fértil para um entendimento.

A proposta oficial discutida nas assembleias foi combatida justamente porque reduz a gratificação de regência, a hora-excedente e não aplica integralmente o piso, além de achatar a carreira.

O governo identifica outro problema: a falta de sintonia entre o Sinte e os professores nas assembleias. O comando tem realizado sucessivas reuniões com parlamentares e o secretário Eduardo Deschamps para tentar um entendimento. Os líderes sindicais admitem avanços, mas vão ouvir as bases e a proposta é rejeitada. Em greves, o cenário mais delicado é justamente aquele em que há falta de interlocução no movimento. Casos em que pode haver agravamento político. Como o comando e o Sinte só se reúnem na segunda-feira e não há data para assembleia estadual, a greve na educação não tem data para acabar.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 17/06/11
Assunto: Candidatos disputam vaga no Cedup neste domingo		Página: 06

PROFISSIONALIZAÇÃO **Candidatos disputam vaga no Cedup neste domingo**

Cerca de mil estudantes inscritos disputam, neste domingo, dia 19, 450 vagas para os cursos técnicos-profissionalizantes de gestão e indústria, oferecidos pelo Cedup de Joinville. O gabarito será divulgado na segunda-feira, no site www.cedup.com.br. O resultado final será informado no site, na quarta-feira.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 17/6/11

Assunto: Momento de cautela/Meio campo

Página: 8

Momento de cautela

Há um mês os professores da rede pública estadual mantêm uma greve sem precedentes na história catarinense. A motivação do movimento, o pagamento do piso nacional de salário da categoria pelo governo do Estado – R\$ 1.187 –, concedeu ao magistério o argumento para angariar o apoio da sociedade à batalha ora instalada.

Justo o motivo da paralisação pode se perder, neste momento, se as duas partes envolvidas no processo mantiverem o roteiro e o radicalismo se instalar no que deveria ser a solução do problema. A prova de que parte dos professores começou a misturar questões paroquiais e político-partidárias ficou evidente, ontem, quando, em meio à concessão do título de Doutor Honoris Causa pela Unesc ao ministro Fernando Haddad

(Educação), integrantes do magistério provocaram um protesto que levou o vice-governador Eduardo Pinho Moreira a abandonar a solenidade antes de terminada. Temia um enfrentamento corporal. Seria um pretexto para enquadrar o peemedebista em um ambiente hostil, na sua base eleitoral, bem diferente de outras tantas manifestações pacíficas e ordeiras?

O governo do Estado reafirma a concessão de percentuais que variam entre 7% e 44%, uma média de reajuste de 15%, onde nenhum professor do Estado ganhará menos de R\$ 1.388. Os professores querem a manutenção da regência de classe nos patamares que vão de 25% a 40%. Colocam o ponto como de honra no processo. O desconto dos dias parados não ajuda em nada a busca do entendimento.

O governador Raimundo Colombo,

que participou, ontem à noite, da abertura da Festa Nacional do Pinhão, em Lages, foi abordado por um grupo de cerca de 40 professores em greve. Conversou com eles e reiterou que o Centro Administrativo chegou ao máximo. Acabou aplaudido em público pelos grevistas. Foram posições antagônicas das verificadas na manhã do mesmo dia, o que pode apontar para um racha no movimento. A direção para um lado, a base para outro.

Pelo que se viu, os mais impetuosos e que repetem a prática de outras greves estão a conseguir o apoio da maioria durante as assembleias. Esquecem, professores e governo, que devem explicações ao cidadão, que paga seus salários e que assiste, impassível, ainda, ao inevitável prejuízo que o prolongamento da paralisação trará a 700 mil estudantes.

UM EXEMPLO PARA HADDAD

Cartilhas do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), desenvolvido nas escolas de Santa Catarina pela Polícia Militar, foram entregues pelo deputado federal Ronaldo Benedet (PMDB) a Fernando Haddad, da Educação, na passagem do ministro por Criciúma, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Unesc. O ministro gostou da projeto e irá se reunir com Benedet, ex-secretário de Segurança Pública, na próxima semana, para debater um Proerd Nacional e as escolas integrais. Na foto, da esquerda para a direita, o tenente-coronel Márcio Cabral (comandante do 9º BPM de Criciúma), Benedet, o prefeito Gentil da Luz (Içara) e Haddad.

Meio campo

Os deputados estaduais que têm atuado como mediadores das últimas reuniões entre o Sinte e a Secretaria da Educação marcaram pontos no processo.

A expectativa é de que as iniciativas dos deputados Elizeu Mattos (líder do governo), Jean Kuhlmann (vice-líder) e dos opositores Ana

Paula Lima e Padre Pedro Baldisserra, ambos do PT, não sejam desacreditadas por quem não quer o acordo. A mistura mais perigosa da greve é querer recuperar perdas históricas salariais em um única tacada e não dar crédito para o grupo de trabalho a ser criado para avaliar outros pontos da reivindicação em seis meses. O governo deve apresentar o novo projeto na terça na Assembleia e retomar o diálogo.



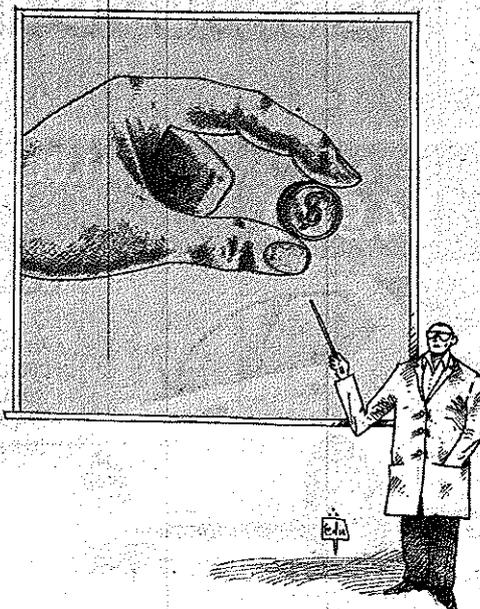
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 17/6/11
Assunto: Dinheiro à educação		Página: 12

DINHEIRO À EDUCAÇÃO

O depoimento do ministro da Educação, Fernando Haddad, a integrantes da comissão especial da Câmara que examina o Plano Nacional de Educação para o período entre 2011 e 2020 não chegou a surpreender pelas revelações, mas expôs um quadro preocupante do ensino. O poder público, que hoje mal consegue investir 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nessa área, propõe-se a elevar o montante para 7%, enquanto líderes do setor defendem 10% – o dobro do aplicado hoje. Como faltam recursos e a definição tende a se arrastar, tudo indica que a situação de carência ainda vai persistir por algum tempo, o que é inaceitável. Como um país pode pretender ocupar espaço entre as maiores economias do planeta sem dar um salto sob o ponto de vista da aprendizagem?

Uma das explicações para o impasse registrado hoje nessa área é que o aumento na procura por matrículas em todos os níveis de ensino coincidiu com uma falta de atualização tecnológica das escolas e com a desmotivação sem precedentes dos professores. Em ambos os casos, a explicação está justamente na insuficiência de recursos. Essa situação de carência faz com que os alunos pouco dispo-



Os brasileiros deveriam pressionar por mais urgência na definição de recursos para o ensino, garantindo, assim, maior interesse dos alunos em sala de aula e dos jovens em seguir carreira no magistério.

nham de alternativas como a de uso do computador em sala de aula para a aprendizagem. Ao mesmo tempo, os professores são, de maneira geral, mal remunerados, levando a uma evasão da carreira ou fazendo com que, muitas vezes, opte por ela quem não se sente em condições de disputar espaço em outra área. Esta é uma situação que precisa ser revertida – e logo.

Sem educadores de qualidade, como o país poderá formar com a efici-

ência necessária os profissionais exigidos em outras áreas, como economistas, engenheiros e, obviamente, bons professores? Esta é uma questão com a qual, em tese, todos os políticos concordam, mas que não avança justamente pela falta dos recursos necessários, inclusive financeiros, e da vontade política de alocá-los. Entre as 20 metas incluídas no Plano Nacional de Educação, quatro dizem respeito à importância da formação de bons educadores. Uma delas propõe justamente a aproximação do rendimento médio do educador ao de outros profissionais com escolaridade equivalente. Outra, um plano de carreira em todo o sistema de ensino. Há também a intenção de garantir a nomeação comissionada de diretores de escola, vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, além de elevar o reduzido percentual de investimentos públicos no setor, graças, principalmente, aos ganhos do pré-sal.

Depois de aprovado na Câmara, onde já recebeu cerca de 3 mil emendas, o projeto ainda precisará passar pelo Senado. Os brasileiros preocupados com o futuro deveriam pressionar por mais urgência na definição de recursos para o ensino, garantindo, assim, maior interesse dos alunos em sala de aula e dos jovens em seguir carreira no magistério.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 17/6/11
Assunto: Conformismo/Saúde sem greve		Página: 43

Conformismo

É o que vem acontecendo na relação entre os professores e o governo do Estado. Incomodado com a situação da nossa já sucateada educação, o professor Zinder, um dos educadores mais respeitados no país, acredita que é preciso pôr um fim a esta greve. Diretor da Zinder – Assessoria e Consultoria, o professor alerta que o jogo pode virar de lado e a população ficar contra a categoria dos profissionais devido ao longo período sem aulas. Greve com mais de três dias pode considerar perdida, avalia. A paralisação serve para chamar a atenção das autoridades e da sociedade para a falta de estrutura e condições de trabalho. Diz ele que é preciso ceder, pois nenhum dos lados será completamente atendido. O que não podemos é assistir passivamente a esta queda de braço na nossa educação.

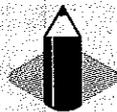
Saúde sem greve

Os servidores estaduais da saúde foram quarta-feira à noite para uma assembleia geral, em Floripa, dispostos a entrar em greve. Aceitaram a incorporação de abono de 16,76% nos níveis salariais a partir de 1º de julho. As eventuais perdas serão estudadas em 120 dias por uma comissão permanente. Resultado: proposta do governo aceita e nada de greve. Como que de um lado é tão fácil e, de outro, tão difícil? O cofre é o mesmo.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 17/6/11
Assunto: Greve		Página: 40

Greve

Ainda em relação à greve dos professores e à negociação interminável, acredito que ficaria muito mais fácil se alguns professores (em algumas regiões a maioria) que se intitulam especialistas queimassem seus certificados originais de especialização na fogueira de protestos. Na verdade, essas pós-graduações não têm valor algum, o MEC reconhece que são feitas antes do acadêmico terminar a graduação, mas não passa de uma farsa para enganar a Gered, o Estado e o contribuinte.



Ivanete de Fátima Urbanesku
Por e-mail



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 17/6/11
Assunto: Professores votam pela manutenção da greve		Página: online

FUNCIONALISMO ESTADUAL

Professores votam pela manutenção da greve

FLORIANÓPOLIS - Professores estaduais votaram pela continuação da greve, ontem, na maioria das assembleias regionais. A previsão de uma assembleia estadual, que dá a palavra final sobre a decisão, é para daqui a 11 dias. Diante do quadro, o governo vai rodar a folha de pagamento com o desconto dos dias parados. Os docentes prometem não repor as aulas se isso acontecer. Das 30 assembleias regionais que aconteceriam ontem, 26 tiveram os dados apurados até o fechamento desta edição. Destas, apenas a de Curitiba votou pelo fim da greve. Os professores também não concordam com a postura do governo de descontar os dias parados. Eles afirmaram nas assembleias que, se houver perdas salariais, não haverá reposição de aulas. Apesar de sinalizarem pela manutenção da greve a decisão final sai de assembleia estadual.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Anexo/Cultura	Data: 17/06/11
Assunto: Lugar de memória para bicicletas		Página: 03

Lugar de memória para bicicletas

Museu da Bicicleta passará a funcionar ainda este ano onde era o CEI Padre Carlos, no Centro de Joinville

RAFAELA MAZZARO
rafaela.mazzaro@sc.gov.br

Pela primeira vez, depois de um ano e três meses, há uma certeza para a reabertura do Museu da Bicicleta (Mubi) em Joinville. Depois de conversas com o secretário de Educação do Estado, Marco Tebaldi, Valter Bustos, dono do acervo, teve aval para expor permanentemente a coleção de bicicletas no espaço onde funcionava o CEI Padre Carlos, na rua Ministro Calógeras. O prédio pertence ao Estado e será disponibilizado para o museu em forma de comodato.

A definição do local da nova sede do Mubi foi confirmada ontem por Bustos, após visita técnica do chefe de gabinete de Tebaldi, Paulo Zick. "É um lugar bem maior do que tínhamos antes. Vai dar para fazer um auditório e poder receber as escolas com mais conforto. Além disso, a localização é fantástica", comemora o colecionador.

O prédio passará por limpeza. A reforma deverá ser paga pela Secretaria de Educação de Santa Catarina.

A previsão é que o Mubi seja reaberto ainda neste ano. Segundo o chefe de gabinete de Tebaldi, o local também deve abrigar a Bike Polícia, com sede no 8º Batalhão, e que atualmen-

te sofre problemas de espaço.

As definições serão tratadas hoje em reunião com o secretário. Este encontro também deve viabilizar um local provisório para os encontros e reuniões do Mubi e do Pedala Joinville.

Entre as opções de espaços também estava a escola Germamo Timm, na rua São Paulo. Como o prédio abandonado é tombado pelo Estado e município demandaria mais tempo e dinheiro para a restauração.

Além disso, o local também é cotado para ser sede de uma escola de artes da Udesc. "O CEI acabou sendo mais viável e com mais condições de recuperação. Somente o telhado e a pintura devem ter uma intervenção maior", afirma Valter.

Como parte do acervo pertence ao município, Bustos deve entrar em negociação com a Fundação Cultural. "Essa discussão será deixada para depois. O importante é o museu vai abrir novamente", ressalta.

No final do ano passado, foi criada e reconhecida oficialmente na Câmara de Vereadores a Associação Bicicletas Antigas de Joinville (Abajo), entidade que passou a ser responsável pela reabertura de forma legal do Museu da Bicicleta (Mubi) em Joinville, desvinculando o acervo da Fundação Cultural e podendo receber doações.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 17/06/2011
Assunto: Sete estados não têm instituições participando da nova edição do SiSU		Página: Online

Sete estados não têm instituições participando da nova edição do SiSU

Ao todo são oferecidas 26 mil vagas em 48 instituições de ensino superior.

Inscrições podem ser feitas até domingo.

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do segundo semestre foram abertas nesta quarta-feira (15) e vão até as 23h59 de domingo (19), segundo o Ministério da Educação. As inscrições são feitas exclusivamente pela internet. A nova edição do SiSU seleciona estudantes que fizeram o Enem 2010 para vagas em 48 instituições superiores de ensino em 20 estados. Sete unidades da federação não têm representantes nesta edição do sistema: Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia e Santa Catarina.

O SiSU oferece vagas em universidades estaduais e federais e institutos de educação profissional. O sistema foi criado pelo MEC para unificar a oferta de vagas em instituições públicas.

Neste semestre, serão oferecidas 26.336 vagas em 19 universidades federais, 23 institutos federais, dois centros federais de educação tecnológica (Cefet) e quatro universidades estaduais. No segundo semestre de 2010, 35 instituições participaram, com de 16 mil vagas. No primeiro semestre deste ano, o sistema teve um milhão de inscrições e ofereceu 83 mil vagas.

VEJA AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO SISU
Acre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Alagoas - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Bahia Universidade do Estado da Bahia Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Ceará Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Distrito Federal Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Espírito Santo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Goiás Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Maranhão Universidade Federal do Maranhão
Minas Gerais Universidade Federal de Lavras Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais Centro Federal de Educação de Minas Gerais Universidade Federal de São João Del Rei



VEJA AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO SISU
Universidade Federal de Ouro Preto Universidade Federal de Alfenas Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Mato Grosso do Sul Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Paraíba Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Universidade Federal da Paraíba
Pernambuco Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Universidade Federal Rural de Pernambuco
Paraná Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná Universidade Federal Rural do Paraná
Rio de Janeiro Centro Universitário Estadual da Zona Oeste Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Universidade Federal Fluminense Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte Universidade Federal do Rio Grande do Norte Universidade Federal do Semi-Árido Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Roraima Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Rio Grande do Sul Universidade Federal de Pelotas Universidade Federal de Santa Maria Universidade Estadual do Rio Grande do Sul Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense
Sergipe Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe
São Paulo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Tocantins Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Fundação Universidade Federal do Tocantins
Fonte: MEC/SISU Mais informações: http://sisu.mec.gov.br

De acordo com o MEC, serão oferecidas 10.552 vagas em cursos noturnos, 9.324 em cursos em período integral, 3.526 são para cursos matutinos e 2.934 para cursos vespertinos.

Minas Gerais é o estado com o maior número de instituições participando da edição do segundo semestre de 2011: dez, no total. A maioria das vagas está concentrada no



Sudeste (9.784), seguido pelo Nordeste (9.451), Sul (5.181), Centro-Oeste (1.168) e Norte (752).

Somente poderão se inscrever no processo seletivo do segundo SiSU de 2011 os candidatos que tenham participado da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) referente ao ano de 2010 e que, cumulativamente, tenham obtido nota acima de zero na prova de redação.

O SiSU ficará disponível para inscrição dos candidatos das 6h às 23h59 de cada dia de inscrição (horário de Brasília). Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

O processo seletivo terá duas chamadas sucessivas. A primeira chamada será em 22 de junho e a segunda chamada sai em 2 de julho. De acordo com o texto, a matrícula dos selecionadas na primeira chamada ocorre em 27 e 28 de junho. A matrícula da segunda chamada será em 5 e 6 de julho.

Segundo o edital, as instituições de ensino superior poderão fazer o lançamento da ocupação das vagas no SiSU referentes à primeira chamada em 27, 28 e 29 de junho e referentes à segunda chamada em 5, 6 e 7 de julho.

Para participar da lista de espera, o candidato deverá manifestar seu interesse por meio do SiSU entre os dias 2 e 7 de julho. O candidato somente poderá manifestar interesse na lista de espera para o curso correspondente à sua primeira opção de vaga. Não poderá participar da lista de espera o candidato que tenha sido selecionado para o curso correspondente à sua primeira opção de vaga em qualquer das chamadas do processo seletivo.

Segundo o edital, a lista de espera não observará as eventuais reservas de vagas e bônus atribuídos à nota do candidato no SiSU pelas instituições de ensino superior.

A lista de espera será usada prioritariamente pelas instituições de ensino superior participantes para preenchimento das vagas eventualmente não ocupadas nas duas chamadas do sistema.

Os procedimentos de chamada para preenchimento das vagas deverão estar definidos em edital próprio de cada instituição de ensino superior participante.

As instituições podem redefinir a lista de espera do sistema em decorrência da consideração dos critérios referentes às suas políticas de ações afirmativas originalmente adotadas em seu termo de participação. Nesse caso, a instituição deverá explicitar em edital próprio a forma de redefinição da lista.

As universidades podem convocar os candidatos da lista de espera para manifestação de interesse presencial, em número superior ao número de vagas disponíveis.



CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 17/06/11
Assunto: Concurso Jovens Inovadores		Página: Online

Concurso Jovens Inovadores

As inscrições para o concurso Jovens Inovadores 2011 - Feira Juvenil de Ciências e Tecnologia estão abertas até 10/7. Podem participar estudantes de escolas públicas e privadas, matriculados regularmente do 7º ao 9º ano do ensino fundamental e em todas as séries do ensino médio (regular, técnico ou Educação de Jovens e Adultos).

O concurso é uma feira juvenil virtual de projetos de inovação ou investigação. Entre os objetivos, está o de estimular o interesse pela ciência e tecnologia, além de contribuir para a melhoria da educação.

Podem ser inscritos projetos desenvolvidos nas modalidades investigação bibliográfica, investigações científicas e inovação tecnológica.

Os melhores trabalhos representarão o Brasil na Feira de Ciências, Cultura e Inovação do Mercosul na Argentina.

A organização é da Rede do Programa de Olimpíadas do Conhecimento (Rede POC), em parceria com a Comissão Provincial de Atividades Científicas e Juvenis de Misiones, na Argentina.

O regulamento e a ficha de inscrição podem ser acessados no site <http://www.redepoc.com/jovensinovadores/>.





CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 17/06/11
Assunto: Haddad7% do PIB em educação tem lógica, diz Haddad à Câmara		Página: Online

Haddad7% do PIB em educação tem lógica, diz Haddad à Câmara

Em audiência na Câmara, ministro disse que Plano Nacional de Educação não pode ser 'carta de intenções'

Diante da crescente reivindicação de entidades e da sociedade civil para que os investimentos na área de ensino atinjam 10% do Produto Interno Bruto (PIB), o ministro da Educação, Fernando Haddad, disse ontem que tem "lógica" a meta de 7% fixada no novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, o ministro observou que o plano não pode ser uma "carta de intenções". "Perguntar pro ministro da Educação se ele é a favor de 7% ou 10% é quase covardia", disse. "É evidente que quanto mais, melhor." Haddad disse que "7% é um número que tem lógica. Estamos falando de R\$ 80 bilhões adicionais por ano, um valor que, na nossa contabilidade, suporta as metas apresentadas." Segundo o ministro, nos últimos anos o investimento em educação aumentou a uma taxa anual de 0,2%, o que possibilitou, durante a sua gestão, chegar a 5% do PIB.

O PNE apresenta 10 diretrizes e 20 metas para ser cumpridas até 2020. Prevê valorização do magistério público da educação básica, duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, destinação dos recursos do Fundo Social do pré-sal para o ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do PIB.

O projeto de lei encaminhado pelo governo Lula ao Congresso em dezembro passado recebeu aproximadamente 3 mil emendas e seguirá para o Senado, depois de aprovado na Câmara.

Na avaliação da Câmara, a presença do ministro era fundamental para tornar explícito o apoio do Planalto ao plano - segundo o Estado apurou, o ministro havia adiado três vezes a presença na comissão. Além disso, apenas em maio o MEC encaminhou as notas técnicas que justificam as metas.

"Pode ser que uma ou outra meta fique aquém da perspectiva de um setor da sociedade. É preferível superar a meta. Isso não significa dizer que estou propondo pouca ousadia, mas ela tem de ser proporcional ao esforço que a sociedade se comprometerá a fazer", afirmou Haddad. "Temos de ter clareza de que cada meta desse plano seja observada pela sociedade ao longo da década. Temos de honrar a palavra."

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) foi um dos mais incisivos. "O governo fez as metas antes de apresentar o diagnóstico. Essa meta (de 7%) não é só tímida, como não corresponde ao passivo educacional brasileiro", disse. O ministro admitiu que a meta de duplicação das matrículas da educação profissional técnica ficou "tímida". "Há espaço para avançar mais."



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 17/6/11
Assunto: Câmara aprova lista de informações obrigatórias de cursos superiores		Página: online

Câmara aprova lista de informações obrigatórias de cursos superiores

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou na quinta-feira proposta que obriga as instituições de ensino superior a divulgar, no início de cada período letivo, a lista de todos os cursos oferecidos, a lista de disciplinas que compõem a grade curricular e as respectivas cargas horárias, além dos professores que darão as aulas. Qualquer mudança ocorrida deverá ser informada aos alunos.

O projeto foi aprovado em caráter conclusivo e seguirá para o Senado, a menos que haja recurso para sua análise pelo Plenário. Em relação ao corpo docente, a proposta exige a divulgação das disciplinas que cada professor ministrará, a titulação e o tempo de casa dele. Essas informações deverão fazer parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e será parte da avaliação geral a que as instituições estão submetidas.

As instituições deverão publicar as informações, simultaneamente, em suas páginas oficiais na internet; em suas propagandas eletrônicas, por meio de um link que direcione o usuário para a página oficial; e em local visível e de fácil acesso ao público em suas instalações.

A instituição que não cumprir a obrigação estará sujeita, além das sanções e penalidades instituídas na legislação geral que regula seu funcionamento, à divulgação de seu nome pelo Ministério da Educação (MEC).

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Efraim Filho (DEM-PB), ao Projeto de Lei 2491/07, do deputado Ivan Valente (Psol-SP). O substitutivo inclui a obrigatoriedade da lista detalhada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96). A proposta original não previa alteração legal. “O mais adequado é proceder à modificação na regra jurídica já existente em lugar da criação de uma nova lei”, afirmou Efraim Filho.

A CCJ analisou apenas os aspectos de admissibilidade (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa) da proposta.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 17/6/11
Assunto: TCU irá apurar atraso na entrega de livros didáticos		Página: online

TCU irá apurar atraso na entrega de livros didáticos

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu na quarta-feira (15) que irá apurar o atraso na entrega de livros didáticos nas escolas públicas de ensino médio e fundamental.

Segundo a Agência Brasil, os livros deveriam ser entregues no início de 2011, mas reportagens disseram que o material didático ainda não chegou em algumas localidades. O TCU vai apurar o atraso com o Ministério da Educação (MEC).

“Ainda que a notícia se refira a uma escola apenas, nada garante que o problema não tenha ocorrido em outras unidades de ensino”, disse o ministro José Jorge que foi o autor da proposta acatada pelo tribunal.

Clipping

CNTE

Valorizar o professor ou o mérito? (Artigo)

• Data: 17/06/2011
• Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
• Editoria: OPINIÃO
• Jornalista(s): Naercio Menezes Filho
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Naercio Menezes Filho

Recentemente o governo do Estado de São Paulo decidiu aumentar os salários dos professores em 42% para os próximos quatro anos. A ideia é elevar o piso salarial dos professores paulistas dos R\$ 1.668 atuais para R\$ 2.368 em 2014. Os reajustes serão concedidos também para os funcionários das escolas e para os professores aposentados. O custo estimado dessa medida é de R\$ 3,7 bilhões ao longo dos quatro anos. Além disso, o governo acaba de anunciar modificações na política de progressão na carreira docente.

Agora, além das provas de mérito, que aumentam o salário dos professores que atingem as notas esperadas em cada nível da carreira, surge a possibilidade de progressão horizontal, que leva em conta cursos de formação continuada e outros critérios a serem definidos. Em que medida essas medidas poderão contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos no estado?

Em primeiro lugar, os dados mostram que não existe uma relação clara entre os salários relativo dos professores e o aprendizado dos alunos na rede pública, como mostra a figura. Nela, o salário típico do professor de ensino básico foi comparado com o dos demais profissionais de nível superior em cada estado e corrigido pelas horas de trabalho, já que a jornada do professor costuma ser menor do que a dos demais profissionais. A figura traz resultados interessantes. No Amapá, por exemplo, o professor ganha mais do que os outros profissionais com nível superior, mas os resultados dos alunos da 8ª série nos exames de proficiência aplicados pelo Ministério da Educação estão entre os mais baixos do país. Na maioria dos estados o salário do professor está entre 80% e 90% do salário de mercado. Os estados com melhores notas nos exames de proficiência, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, pagam salários relativos baixos. Uma pergunta surge então, naturalmente. Se as pessoas são atraídas para uma profissão também pelos salários (além da vocação) e trabalham mais motivadas quando ganham mais, por que nos estados em que os salários são maiores as notas não são melhores? Será que a qualidade e a motivação do professor não importam?

A resposta é que aumentar o salário dos professores não é suficiente para melhorar o aprendizado dos alunos, por vários motivos. Em primeiro lugar, grande parte das diferenças de aprendizado entre os Estados (e entre as escolas de um mesmo estado) reflete o nível sócio-econômico dos pais dos alunos. O professor tem muitas dificuldades para transmitir o conteúdo da matéria para seus alunos se eles não têm a mínima capacidade de concentração e tem problemas de

indisciplina. Nos locais em que os alunos têm condições sócio-econômicas melhores, os professores conseguem transmitir o conteúdo com mais facilidade. Assim, se as condições familiares não ajudarem a formar bons alunos desde cedo, o trabalho do professor ficará bastante dificultado. Além disso, é mais difícil atrair bons profissionais para enfrentar condições adversas na sala de aula, mesmo com salários maiores. A solução para essa questão é enfatizar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento infantil.

Além disto, em muitas redes não há diferenciação salarial por mérito. Se a progressão salarial depende apenas do tempo de carreira, não há incentivos para que os professores se esforcem mais, deem melhores aulas, faltem pouco e tentem vencer as barreiras de formação inicial dos alunos e de suas famílias. Afinal, que professor irá se esforçar mais para receber o mesmo salário no final do mês que o colega faltoso?

Nesse sentido, a manutenção do programa de valorização do mérito no estado de São Paulo é bem-vinda. Até porque mudanças bruscas na política educacional de uma gestão para outra confundem os professores. Entretanto, a possibilidade de progressão horizontal na carreira não deverá ter efeitos significativos no aprendizado. Os dados mostram que cursos de formação continuada e pós-graduação não têm impacto sobre o aprendizado dos alunos. Os professores acabam colecionando diplomas que tem pouca utilidade prática. Assim, a prioridade deveria estar na promoção por mérito. Mas, fatores como desempenho dos alunos nos exames de proficiência e observação do professor em sala de aula também deveriam ser levados em consideração para definir mérito.

Naercio Menezes Filho é professor titular da Cátedra IFB, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper e professor associado da FEA-USP, escreve mensalmente às sextas-feiras (e-mail: naercioamf@insper.edu.br)